

IPÊ - ECO - PCUL - 6 - 12 - (11)

Alcane Magued

0,30

p/ 12 - 2ª feira - trazer uma gram.

15. 5ª feira - "O objeto da sintaxe"

19. 2ª feira - Pesquisar e anotar no caderno.

1. O que são locuções.

2. O que são locuções: adjetivas, verbais, preposições, conjuntivas, adverbais.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. B. Horizonte: vigília, 1986, pg. 22 - 27.

## Capítulo 1

### LINGÜÍSTICA E LINGUAGEM

#### 1.1 O que é lingüística?

Em geral, define-se a lingüística como a ciência da linguagem ou como o estudo científico da linguagem. A atribuição de caráter científico à lingüística leva, antes de mais nada, a uma indagação sobre o próprio conceito de ciência, e, em seguida, a uma especificação das características fundamentais que atribuem cientificidade ao estudo lingüístico. Por sua vez, a colocação da linguagem como sendo o objeto de estudo da lingüística exige dois tipos de esclarecimento: (1) sobre o real objeto de estudo da lingüística, e (2) sobre o que se entende por linguagem, nesse contexto. Só depois de precisados os valores dos termos ciência e linguagem, e esclarecido qual o objeto de estudo da lingüística, é que a definição acima poderá ser bem compreendida.

#### 1.2 O caráter científico da lingüística

O conceito de ciência, assim como o de método científico, tem sido objeto de controvérsia através dos tempos, e evoluiu de modo significativo do século passado até agora. Para se ter uma idéia clara, se bem que resumida, das atuais posições antagônicas sobre o assunto, é útil uma digressão sobre as três grandes correntes da filosofia moderna (considerando-se como filosofia moderna a que se iniciou no século XVII com Descartes e foi até o século XIX) — o racionalismo cartesiano, o empirismo inglês e o idealismo alemão —, e sobre o positivismo, que é uma corrente filosófica moderna tributária do empirismo.

O racionalismo cartesiano foi a corrente filosófica predominante no século XVII: iniciou-se com René Descartes (1596-1650) e incluiu filósofos como Malebranche (1638-1715), Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716). Preocupando-se em provar a existência de Deus e lidando com problemas relacionados com essa questão (p. ex., o livre arbítrio e a distinção entre corpo e alma), essa

Descartes - Empirismo - Positivismo  
Nato exp. sensível experimentação  
(acaso)

corrente teve caráter eminentemente metafísico. Deu ênfase ao problema do conhecimento, tendo se perguntado sobre o papel da mente na aquisição do conhecimento. A indagação que os racionalistas se faziam era: Qual a origem, a essência e o alcance das idéias por meio das quais o conhecimento se constitui? Segundo Descartes, haveria três tipos de idéias: adventícias (resultantes da percepção da realidade exterior), fictícias (fruto da imaginação) e inatas (congenitas).

O empirismo inglês floresceu no século XVIII: teve Bacon (1561-1626) como seu precursor e Locke (1632-1704) como seu fundador, contando com David Hume (1711-1776) entre seus continuadores. Seguindo, no seu início, a tradição racionalista, o empirismo (de Locke) deu prioridade ao problema do conhecimento, mas, ao negar a existência de idéias inatas, se opôs ao racionalismo cartesiano. Admitiu a existência dos dois outros tipos de idéias e indagou-se sobre sua origem. Com o seu desenvolver (mais precisamente, com a obra de Hume), o empirismo se desvencilhou ainda mais da influência cartesiana, pois passou a negar a existência de qualquer idéia abstrata. No campo do conhecimento, Hume fez distinção entre as idéias e as impressões. As impressões são as percepções reais, são as vivências sensoriais, como, por exemplo, quando se percebe a cor de um dado objeto. As idéias, por sua vez, são as representações mentais, independentes de vivência sensorial, como, por exemplo, quando o indivíduo se lembra da cor de um objeto ou a imagina. As idéias não originárias de impressões, tais como a idéia de substância e a idéia de existência, foram consideradas simples fruto da imaginação, sem correspondência na realidade. A substância seria uma idéia imaginária porque os objetos nunca são percebidos em si mesmos, independentemente de suas qualidades: o que se percebe são as propriedades dos objetos, e não os objetos em si mesmos, não existindo nenhum objeto que não seja percebido de algum modo. A existência seria igualmente uma idéia fictícia, porque a afirmação da existência de um objeto se baseia na percepção das propriedades desse objeto, não se podendo ter a percepção de sua existência. Hume chegou a pôr em dúvida a própria substância espiritual, o eu: cada indivíduo vivencia uma série de sensações, tais como dor/prazer, alegria/tristeza, mas nunca vivencia o próprio eu; isto é, não há vivência que leve à impressão da substância espiritual do eu, só havendo vivência de algo determinado que impressiona o indivíduo. O empirismo de Hume passou, portanto, a negar a existência da substância — quer interna, quer externa —, e mesmo de Deus, que seria a substância infinita, só dando acolhida às percepções e vivências. Tanto a objetividade do mundo exterior, quanto o eu, foram, então, tratados como uma suposição, em que se acredita por hábito ou por asso-

## U Positivismo

ciação de idéias. Desse modo, o empirismo reduziu o conhecimento às percepções e vivências reais do indivíduo. Nessa ótica, a experiência é vista como a única fonte válida de conhecimento, e a indução é considerada o único método de caráter científico.

O idealismo alemão vigorou no início do século XIX: teve Kant (1724-1804) como seu iniciador e culminou com a obra de Hegel (1770-1831). Essa corrente filosófica caracterizou o conhecimento como estando a serviço da lei moral: o saber leva o homem a aperfeiçoar-se moralmente. Os grandes temas recorrentes dessa vertente filosófica são a razão e a liberdade; a autonomia do indivíduo e a organização racional da sociedade e do Estado; e o sentido da História. Logo, suas preocupações são, ainda, de ordem metafísica.

Foi como uma reação a essas preocupações metafísicas do racionalismo cartesiano e do idealismo alemão que surgiu, na primeira metade do século XIX, o sistema filosófico elaborado por Auguste Comte (1798-1857), conhecido sob o rótulo de positivismo. Uma vez que sua característica é ter dado ênfase à experimentação em oposição à especulação, já estava ele prefigurado no empirismo inglês. Comte propôs sua doutrina filosófica numa época em que a Revolução Industrial já estava consolidada, e floresciam as ciências experimentais como a física, a química e a biologia, mas, em contraste, o pensamento filosófico dominante ainda era o de especulação racionalista, em que o estudioso elabora construções racionais e faz indagações metafísicas, independentemente de experimentação e de verificação objetiva através dos dados da realidade. Seu objetivo era o de formular um corpo ordenado de doutrinas gerais comuns às diversas ciências particulares, identificado a partir dos resultados alcançados pelos diferentes ramos do conhecimento, mas que não se confundiria com o que fosse particular a cada área. A filosofia positivista era então uma filosofia geral das diferentes ciências particulares, no sentido clássico, sobretudo aristotélico, da expressão "filosofia geral", em que é interpretada como um sistema geral de princípios básicos explicativos da realidade, isto é, do universo e das instituições humanas. Em outras palavras, era um estudo geral dos princípios básicos das diversas ciências. Nesse sentido, essa corrente via a ciência como partilhando toda uma metodologia em comum. Dito de outro modo, haveria uma ciência unificada, compartilhando a adoção de um, e um só, método científico.

Particularmente, a posição de Comte com relação ao uso da experimentação e das especulações transcendentais foi de equilíbrio, não tendo adotado um empirismo radical. Segundo ele, o positivismo, como qualquer elaboração científica, era compatível tanto com a pura experiência direta do fato, isto é, com os dados

Normativa  
Descritiva  
Gerativa  
Normativa

empíricos, quanto com a construção racional. Qualquer estudo científico teria de ser ao mesmo tempo racional e empírico, pois é o intelecto humano que escolhe os dados, reelabora-os, e os analisa segundo uma dada hipótese de trabalho.

Mas a corrente positivista num sentido mais amplo, que inclui doutrinas positivistas posteriores à de Comte, adotou um empirismo radical, considerando que à ciência cabe observar e analisar os dados da realidade sem qualquer indagação de tipo transcendental ou metafísico, e sem apelo a entidades não-físicas. Nesse sentido, os positivistas são uma versão moderna dos baconianos. Ambas as correntes têm em comum: (a) a aceitação de que o método científico é indutivo; (b) a adoção de um ponto de vista empirista; (c) o apelo à verificação para dar validade à análise — partindo da observação e da descrição objetiva (i.e., sem julgamentos preconceituosos ou considerações metafísicas) dos dados, o cientista, numa análise de primeira abordagem, propõe generalizações limitadas (ou axiomas menores segundo Bacon) sobre as classes de fatos examinados, e, numa etapa seguinte, verifica essas primeiras generalizações e chega a propostas ainda mais gerais. A indução (característica a acima) consiste exatamente em ir do particular para o mais geral. O empirismo (característica b acima) é o "apego aos dados" e eliminação de considerações metafísicas, de especulações transcendentais sobre o mundo. O princípio da verificação (característica c acima) é a concepção de que qualquer análise só tem validade se for verificável empiricamente, quer pela observação direta dos dados, quer pela aplicação aos dados observáveis de métodos científicos de aceitação geral.

Além dessas três características, o positivismo chegou a adotar, em certa época, a tese do reducionismo absoluto, segundo a qual todos os termos que ocorrem em generalizações são redutíveis a termos primitivos empiricamente observáveis. Isso equivale a dizer que a maior parte dos conceitos humanos seria decomponível em um número limitado de conceitos simples, dados como primitivos. No entanto, os próprios positivistas abandonaram essa tese, diante da evidência de que conceitos triviais da física, tais como *magnético* e *solúvel em água*, não seriam redutíveis a termos primitivos de caráter puramente observacional. Visto sob o ângulo metodológico, o princípio do reducionismo consistiria em postular a existência de ciências mais básicas do que outras e a evolução em complexidade das diferentes ciências. Na medida dessa evolução, dada ciência passaria a utilizar todos os métodos das ciências mais fundamentais que ela, acrescidos de um método que lhe seria próprio.

Atualmente, é colocado em dúvida o próprio conceito de método científico, no sentido de método científico unificado, isto é, válido para qualquer ciência. Como poderiam a lingüística, a so-

ciologia, a antropologia ou a psicologia ser tratadas com os mesmos métodos e conceitos das ciências físicas? Diante disso, a tendência atual é aceitar uma multiplicidade de métodos de investigação científica, sendo esses métodos variáveis de ciência para ciência.

Face à rejeição da existência de um método científico unificado, não nos cabe perguntar sobre as características que dão cunho científico a um estudo, de qualquer área que seja. A pergunta a ser feita concerne especificamente à lingüística: Que características fundamentais atribuem cientificidade ao estudo lingüístico? Na realidade, nem a esse respeito há consenso entre os estudiosos: existem características aceitas unanimemente, mas outras há que provocam controvérsia, estando, às vezes, ligadas a dada corrente do pensamento lingüístico.

As características de aceitação geral são: exigência de comprovação empírica, caráter não-preconceituoso, caráter explicativo e caráter explícito. Quanto à exigência de comprovação empírica, é preciso logo de início distinguir esse uso do termo *empírico* do termo *empirismo*: o termo *empirismo* designa a corrente filosófica a que já nos referimos, e o termo *empírico*, na expressão "exigência de comprovação empírica", designa unicamente a característica, compartilhada por diferentes correntes filosóficas, de se exigir que as hipóteses teóricas propostas sejam comprovadas pelos dados. Apesar de o empirismo implicar a adoção de métodos empíricos de experimentação e verificação, ele não é só isso, pois implica também a adoção do pressuposto de que todo conhecimento provém da experiência, isto é, da vivência dos indivíduos, que adquiririam o conhecimento por meio de sua percepção e seus sentidos. Por sua vez, a exigência de caráter empírico, para a lingüística, refere-se somente ao fato de o lingüista lidar com dados susceptíveis de serem comprovados empiricamente, isto é, pelos dados da língua. Nessa perspectiva, só a partir do estruturalismo, cujo marco é 1916 — data da publicação póstuma do *Cours de Linguistique Générale* de Ferdinand de Saussure —, é que a lingüística adquiriu caráter científico, pois os estudos da língua no âmbito da gramática tradicional (que na tradição ocidental remonta à antigüidade clássica e teve continuidade nos séculos a seguir, chegando a nossos dias sob a forma dos compêndios gramaticais escolares, cujo exemplar típico no Brasil é a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de Rocha Lima) tinham caráter especulativo (no sentido de que as análises que faziam sobre a língua pretendiam ser respostas a indagações — especulações — sobre o universo) e não se pautavam pela exigência de comprovação empírica. No entanto, essas diferenças podem ser vistas como diferenças de perspectiva da ciência como um todo, em cada época. Na antigüidade clássica (greco-romana), a gramática era parte da filosofia geral, cujo obje-

1. exigência de comp. (empírica)  
2. caráter não preconceituoso  
3. caráter explicativo  
4. caráter explícito

195-200-PC 11-5-12-1951

tivo era explicar o universo como um todo. Eis aí a justificativa para a explicação das classes de palavras em termos do conteúdo comum a cada uma: a classe dos substantivos é a classe das palavras que se referem a objetos; a classe dos adjetivos a das que denotam qualidade; a dos verbos a das que traduzem processos, ações; e assim por diante. A exigência de comprovação empírica, como vimos, é mais recente: teve seus primórdios com Bacon (1561-1626), precursor do empirismo inglês, e seu apogeu com o positivismo pós-comtiano (sec. XIX). Portanto, não seria justo julgar o estudo gramatical tradicional com base em parâmetros científicos característicos de séculos posteriores.

O caráter não-preconceituoso da lingüística também opõe os desenvolvimentos lingüísticos pós-saussurianos ao estudo gramatical elaborado no âmbito da gramática tradicional. A gramática tradicional foi preconceituosa ao dar acolhida a preconceitos sobre a língua, tais como: existem línguas primitivas (com vocabulário rudimentar e gramática elementar, que refletiriam o estágio pouco desenvolvido da cultura de seus povos); existem variedades de língua melhores (i. e., mais puras, mais castiças) do que outras — por exemplo, a língua literária clássica é a melhor variedade de uma língua; a língua escrita é superior à língua falada; entre outros. A lingüística moderna se caracteriza por se abster de quaisquer julgamentos de valor. Com relação ao preconceito sobre as línguas primitivas, o próprio estudo de línguas de povos cujas culturas poderiam ser consideradas primitivas mostrou que sua estruturação gramatical é altamente complexa, e que nada impede que seu vocabulário seja acrescido de novos termos, filosóficos ou tecnológicos, desde que sua cultura passe a levar em conta novas filosofias ou tecnologias. Quanto ao preconceito sobre as variantes de uma língua, considera o lingüista que não existem variantes inferiores: toda variação no uso de uma língua é lógica, complexa e regida por regras gramaticais. O que leva à escolha de uma como superior às demais são considerações culturais ou políticas. Em outras palavras, em si mesma uma dada variedade da língua não é superior às demais; ela só é considerada superior e isso por razões de ordem não-lingüística. Exemplos sintáticos dessa perspectiva lingüística são os enunciados "vende-se ovos", "a moça que eu te falei não vem mais", "ele falou pra mim fazer isso". A gramática tradicional os condena, classificando-os como *erros*, mas o lingüista não os rejeita e nem lhes atribui caráter certo ou errado; apenas considera-os como fatos existentes na língua e que como tal devem ser explicados. Mais ainda, o lingüista se preocupa com a adequação do uso desses enunciados, não querendo, como já se chegou a pensar, que qualquer variedade da língua seja usada em qualquer situação de comunicação; em outras palavras, o lingüista não quer

Ex 2  
(52)

o "caos lingüístico". Desse modo, os enunciados acima são considerados fatos a serem explicados dentro das variantes da língua em que ocorrem. Esse caráter não-preconceituoso da lingüística é às vezes denominado de caráter descritivo (ou não-prescritivo, ou não-normativo), em oposição ao caráter normativo da gramática tradicional: X

O caráter explicativo da lingüística se relaciona com a exigência de verificação empírica. O lingüista parte de alguns dados iniciais sobre a língua, formulando hipóteses teóricas a partir desses dados. Essas hipóteses, por sua vez, terão de ser empiricamente comprovadas não só pelos dados iniciais, mas também por quaisquer outros que se revelarem relevantes. Da verificação empírica é que resultará (ou não) a validade científica das hipóteses. Não sendo confirmadas as hipóteses iniciais, essas são reformuladas, até que se chegue a uma hipótese que cubra todos os fenômenos em análise — os que serviram de ponto de partida e os demais do mesmo tipo. Por exemplo, se se está estudando a voz passiva, a hipótese teórica terá de explicar não só os enunciados passivos que serviram de base para a análise, mas qualquer enunciado na voz passiva na língua estudada. Isso tudo quer dizer que uma hipótese só tem validade se tem valor explicativo. Isto é, se transcender os dados, de modo que possa até predizê-los. A atribuição de caráter explicativo à lingüística se deu após o gerativismo. O estruturalismo não se preocupava em *explicar os dados* (nesse sentido técnico de "prever novos dados"), limitando-se a *descrevê-los*.

Por fim, o caráter explícito da lingüística diz respeito à exigência de definição clara, precisa, coerente e pormenorizada dos pressupostos teóricos da análise, assim como dos termos nela usados, e de caracterização detalhada de todas as fases da argumentação, inclusive as intermediárias. Essa característica também esteve de modo geral ausente dos estudos da gramática tradicional. Exemplifiquemos com a classificação das palavras em partes do discurso, e, mais precisamente, com a classe dos substantivos. Essa parte do discurso, distinguida por Platão no século V a.C., é definida nos nossos manuais escolares como a classe das palavras com que designamos ou nomeamos os seres em geral (ou como a classe de palavras com que denotamos pessoas, lugares ou coisas). Essa definição é evidentemente imprecisa e vaga: fala daquilo a que os substantivos se referem, mas não fornece nenhuma informação gramatical sobre a classe, como se o critério nocional (i. e., semântico) de definição bastasse para identificar toda a classe. Mas, efetivamente, não basta, uma vez que palavras como *julgamento*, *beijo*, *saudade*, *beleza*, *eletricidade* e *inteligência* não designam nem pessoas, nem objetos, nem lugares, e, no entanto, são classificadas como substantivos. Por outro lado, apesar de nossos compên-

## Exercícios

1. Leia o Capítulo 16 e mostre as dificuldades do método experimental.
2. Comente as afirmações de Nietzsche: "Os eruditos são eunucos do saber"; "Contra o positivismo, que perante os fenômenos diz: 'Há apenas fatos', eu digo: 'Ao contrário, fatos é o que não há; há apenas interpretações'".
3. Distinga as diversas etapas do método experimental no exemplo: Claude Bernard descobriu que o sangue de todos os animais contém açúcar, mesmo que não o tenham ingerido (o que contrariava uma idéia comum na época de que o açúcar existente nos animais provém exclusivamente dos alimentos). Claude Bernard supôs que deveria haver um órgão capaz de armazená-lo sob uma forma particular e restitui-lo quando necessário (esta hipótese foi sugerida por analogia com o mundo vegetal: uma planta transforma a glicose em amido, que é armazenado). Foi dosando a taxa de glicose ao longo de todo o percurso do sangue, partindo do intestino, que Claude Bernard descobriu o órgão regulador, cuja existência supusera: o fígado. Mas durante a dosagem de açúcar em fígados de animais, certa vez, demorando-se para fazer a segunda dosagem, verificou maior quantidade de açúcar e concluiu que "o tecido do fígado vai se enriquecendo com açúcar continuamente, durante certo tempo após a morte". Reiniciou as experiências com fígado lavado e pôde demonstrar que o fígado reserva a glicose sob a forma de glicogênio. (Adaptado de Huisman e Vergez)

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS,  
Maria Helena Pires. *Filosofando. São Paulo. Moderna,*  
1986. p 165 - 171.

## Capítulo 15

# O problema do conhecimento

### 1. Racionalismo e empirismo

"Primeiramente, considero haver em nós certas noções primitivas, as quais são como originais, sob cujo padrão formamos todos os nossos outros conhecimentos." (Descartes)

"De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência." (Locke)

"... penso não haver mais dúvida que não há princípios práticos com os quais todos os homens concordam e, portanto, nenhum é inato." (Locke)

### Introdução

O século XVII representa, na história do homem, o momento da culminação de um processo em que se subverteu a imagem que ele tinha de si próprio e do mundo. A emergência da nova classe dos burgueses determina a produção de uma nova realidade cultural, a ciência física, que se exprime matematicamente. A atividade filosófica, a partir daí, reinicia um novo trajeto: ela se desdobra como uma reflexão cujo pano de fundo é a existência dessa ciência.

Vimos que a revolução científica determinou a quebra do modelo de inteligibilidade apresentada pelo aristotelismo, o que provocou, nos novos pensadores, o receio de enganar-se novamente.

A procura da maneira de evitar o erro faz surgir a principal característica do pensamento moderno: a *questão de método*.

Essa preocupação centraliza as reflexões não apenas no conhecimento *do ser* (metafísica), mas sobretudo no *problema do conhecimento* (teoria do conhecimento ou epistemologia).

Podemos dizer que até então a filosofia tem uma atitude realista, no sentido de não colocar em questão a existência do objeto, a realidade do mundo. A Idade Moderna inverte o pólo de atenção, centralizando no *sujeito* a questão do conhecimento. Vamos tentar explicar como isso se processa.

Há dois pólos no processo do conhecimento: o *sujeito cognoscente* (que é o sujeito que conhece) e o *objeto conhecido*. Assim, o conhecimento

nós

mundo

Eliane Maguere

9,30

IPÊ-ECO-PCUL-5-13-(U)

uma unidade de sujeito e objeto expressa numa relação. Isto é, o sujeito tende para o objeto e dele se "apossa" pelo pensamento, assim como o objeto "determina" o pensamento do sujeito.

Surge então uma questão: se o pensamento que o sujeito tem do objeto concorda com o objeto, dá-se o *conhecimento*. Mas qual é o critério para se ter certeza de que o pensamento concorda com o objeto? Isto é, "um dos problemas que a teoria do conhecimento terá que propor e solucionar é aquele de saber quais são os critérios, as maneiras, os métodos de que se pode valer o homem para ver se um conhecimento é ou não verdadeiro"<sup>1</sup>.

As soluções apresentadas a essas questões vão originar duas correntes, o *racionalismo* e o *empirismo*, como veremos a seguir.

### O racionalismo cartesiano

René Descartes (1596-1650), cujo nome latino era Cartesius, (daí seu pensamento ser conhecido como "cartesiano"), é considerado o "pai da filosofia moderna". Dentre suas obras, o *Discurso do método* e *Meditações metafísicas* expressam a tendência a que já nos referimos, de preocupação com o problema do conhecimento. O ponto de partida é a busca de uma verdade primeira que não possa ser posta em dúvida. Por isso, converte a dúvida em método. Começa duvidando de tudo, das afirmações do senso comum, dos argumentos da autoridade, do testemunho dos sentidos, das informações da consciência, das verdades deduzidas pelo raciocínio, da realidade do mundo exterior e da realidade do seu próprio corpo.

O cogito cogitare est, assim, pensar,

Descartes só interrompe essa cadeia de dúvidas diante do seu próprio ser que duvida. Se duvido, penso; se penso, existo: "Cogito, ergo sum", *Penso, logo existo*. Eis aí o fundamento, o ponto de partida de onde constrói todo o seu pensamento. Mas este "eu" cartesiano é puro pensamento, uma *res cogitans* (um ser pensante), pois, no caminho da dúvida, a realidade do corpo (*res extensa*, coisa externa, material) foi colocada em questão.

Não pretendemos fazer compreender a trajetória de Descartes, pois todo resumo é abstrato e mutilador. Mas o relato que se segue deve ser acompanhado pelo leitor com a estrita preocupação de observar como o autor constrói o racionalismo, dando prioridade ao sujeito sobre o objeto.

A partir dessa *intuição*<sup>2</sup> primeira (a existência do ser que pensa), que é indubitável, Descartes distingue os diversos tipos de idéias, percebendo

1. Morente, *Fundamentos de filosofia — Lições preliminares*, p. 146.

2. "Por intuição entendo não o testemunho mutável dos sentidos ou o juízo falaz (engano) de uma imaginação que compõe mal o seu objeto; mas a concepção de um espírito puro e atento, tão fácil e distinta, que nenhuma dúvida resta sobre o que compreendemos." (Descartes)

que algumas são confusas e outras são claras e distintas. Mas não há nenhuma garantia de que o objeto pensado corresponda a uma realidade fora do pensamento. Como sair do próprio pensamento e recuperar o mundo?

### Deus

Descartes lança mão, entre outras provas, da famosa prova ontológica da existência de Deus. O pensamento desse objeto — Deus — é a idéia de um ser perfeito; se um ser é perfeito, deve ter a perfeição da existência, senão lhe faltaria algo para ser perfeito. Portanto, ele existe.



Detalhe de "A rainha Cristina cercada de sábios", de Dumasnil.

O filósofo francês Descartes viajou por vários países europeus, tendo morado muito tempo na Holanda. Convidado para a corte da rainha Cristina, não suportou o inverno da Suécia, onde morreu em 1650.

### O mundo

Se Deus existe e é infinitamente perfeito, não me engana. A existência de Deus é garantia de que os objetos pensados por idéias claras e distintas são reais. Portanto, o mundo tem realidade. E dentre as coisas do mundo, o meu próprio corpo existe. O que caracteriza a natureza do mundo é a *matéria* e o *movimento* (*res extensa*), em oposição à natureza espiritual do pensamento (*res cogitans*).

Podemos perceber, neste rápido relato, uma tendência forte e absoluta de valorização da razão, do entendimento, do intelecto.

Descartes admite as *idéias inatas*, que são idéias da razão, independentes das idéias que "vêm de fora", formadas pela ação dos sentidos, e das outras que nós formamos pela imaginação. São inatas, não no sentido de o

homem já nascer com elas, mas como resultantes exclusivas da capacidade de pensar. São idéias claras e distintas; portanto, verdadeiras. Nessa classe de idéias estão a idéia da substância infinita de Deus e a idéia da substância finita com seus dois grandes grupos — a *res cogitans* e a *res extensa*.

### Conseqüências do cogito

Estabelece-se o caráter originário do cogito como auto-evidência do sujeito pensante e o princípio de todas as evidências.

Accentua-se o caráter absoluto e universal da razão que, partindo do cogito, só com suas próprias forças pode chegar a descobrir todas as verdades possíveis. O método busca o ideal matemático, isto é, ser uma *mathesis universalis* (matemática universal). Isso não significa aplicar a matemática no conhecimento do mundo, mas usar o seu tipo de conhecimento, que é inteiramente dominado pela inteligência e baseado na ordem e na medida, o que permite estabelecer cadeias de razões.

Outra conseqüência é o dualismo psicofísico (ou dicotomia corpo-consciência), segundo o qual o homem é um ser duplo, composto de uma substância pensante e uma substância extensa. A conciliação das duas substâncias dificulta a reflexão de Descartes e gera antagonismos que serão objeto de debates nos dois séculos subsequentes. Isso porque o corpo é uma realidade física e fisiológica e, como tal, possui massa, extensão no espaço e movimento, bem como desenvolve atividades de alimentação, digestão etc., estando, portanto, sujeito às leis deterministas da natureza. Por outro lado, os fenômenos mentais não têm extensão no espaço nem localização. As principais atividades da mente são recordar, raciocinar, conhecer e querer; portanto, não se submetem às leis físicas, mas são o lugar da liberdade.

Estabelecem-se, então, dois domínios diferentes: o corpo, objeto de estudo da ciência, e a mente, objeto apenas da reflexão filosófica. Essa distinção, como veremos, marcará as dificuldades do início das chamadas ciências humanas. (os conceitos, sociologia, linguística)

### O empirismo inglês

A palavra *empirismo* vem do grego *empeiria*, que significa “experiência”. O empirismo, ao contrário do racionalismo, enfatiza o papel da experiência sensível no processo do conhecimento.

#### Francis Bacon

Francis Bacon (1561-1626), seguindo a tradição empirista inglesa que remonta a Roger Bacon (séc. XIII), realça a significação histórica da ciência e do papel que ela poderia desempenhar na vida da humanidade. Seu lema “Saber é poder” mostra como ele procura, bem no espírito da nova ciência,

não um saber contemplativo e desinteressado, que não tenha um fim em si, mas um saber instrumental, que possibilite a dominação da natureza. Começa o ideal prometéico<sup>3</sup> da ciência. (Ser devorado e const. tur. novamente)

Daí o interesse pelo método da ciência. Na obra *Novum Organum* (Novo Órgão, no sentido de instrumento de pensamento), Bacon critica a lógica aristotélica, opondo ao ideal dedutivista a eficiência da indução, como método de descoberta. (gera. part. x e x → conclusão)

Inicia pela denúncia dos preconceitos e noções falsas que dificultam a apreensão da realidade, aos quais chama de ídolos<sup>4</sup>.

Os ídolos da tribo “estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana. (...) Todas as percepções, tanto dos sentidos como da mente, guardam analogia com a natureza humana e não com o universo”. Isso significa que muitos dos nossos enganos derivam da tendência ao antropomorfismo. (Julgar as outras coisas a partir de nós)

Os ídolos da caverna “são os dos homens enquanto indivíduos. Pois, cada um — além das aberrações próprias da natureza em geral — tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza: seja devido à natureza própria e singular de cada um: seja devido à educação ou conversação com os outros”. (mudança a partir de outra pessoa)

Os ídolos do foro são os provenientes, de certa forma, das relações estabelecidas entre os homens devido ao comércio. “Com efeito, os homens se associam graças ao discurso, e as palavras são cunhadas pelo vulgo. E as palavras, impostas de maneira imprópria e inepta, bloqueiam espantosamente o intelecto. (...) E os homens são, assim, arrastados a inúmeras e inúteis controvérsias e fantasias.”

Os ídolos do teatro são os “ídolos que imigraram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas e também pelas regras viciosas da demonstração. (...) Ademais, não pensamos apenas nos sistemas filosóficos, na sua universalidade, mas também nos numerosos princípios e axiomas das ciências que entraram em vigor, mercê da tradição, da credulidade e da negligência”.

Bacon desenvolve um estudo pormenorizado da indução a partir do caráter estéril do silogismo e insiste na necessidade da experiência e da investigação segundo métodos precisos.

Mas suas falhas estão em não ter construído um sistema completo, e seus exemplos de indução são menos exatos que o método indutivo-dedutivo de Galileu. Além disso, sua física permanece nas qualidades corporais.

3. Prometéico: relativo a Prometeu, figura da mitologia grega que roubou o fogo dos deuses para dá-lo aos homens. Simboliza o advento da técnica (ver Cap. 6).

4. As citações que se seguem são de Bacon, *Novum Organum*, in Col. *Os Pensadores*, Abril Cultural, 1973, p. 27-29.

192-ECO-PCUL-5-13-(2)



não recorrendo à matemática, mento que coube também, e sobretudo, a Galileu.

## John Locke

John Locke (1632-1704) tornou-se conhecido pela contribuição como teórico do liberalismo, como veremos no Capítulo 23, item 1. A sua reflexão a respeito da teoria do conhecimento parte da leitura da obra de Descartes e consiste em saber "qual é a essência, qual a origem, qual o alcance do conhecimento humano".

Entretanto, na obra *Ensaio sobre o entendimento humano*, Locke deixa o caminho "lógico" percorrido por Descartes e escolhe o "psicológico". O professor Morente explica: "A origem de uma idéia, como a idéia de esfera, pode ser considerada psicologicamente ou logicamente. Psicologicamente estudaremos as sensações, as percepções que puderam produzir naturalmente, biologicamente, em nós, a noção de esfera; por exemplo, ter visto objetos dessa forma, naturais ou artificiais. Mas outro sentido da palavra origem é considerar a esfera como originada pelo movimento de meia circunferência girando ao redor do diâmetro"<sup>5</sup>.

Locke, escolhendo o caminho da psicologia, distingue duas fontes possíveis para nossas idéias: a *sensação* e a *reflexão*. A sensação é o resultado da modificação feita na mente através dos sentidos. A reflexão é a percepção que a alma tem daquilo que nela ocorre. Portanto, a reflexão se reduz apenas à *experiência interna* do resultado da *experiência externa* produzida pela sensação.

O que ocasiona a produção de uma *idéia simples* na mente é a "qualidade" do objeto. Há *qualidades primárias*, como a solidez, a extensão, a configuração, o movimento, o repouso e o número, e *qualidades secundárias* (cor, som, odor, sabor etc.), que provocam no sujeito determinadas percepções sensíveis. Enquanto as primárias são objetivas, pois realmente existem nas coisas, as secundárias variam de sujeito para sujeito e, como tais, são relativas e subjetivas.

O sujeito, através da análise, ata e desata as idéias simples, produzindo as *idéias complexas*. Estas, já que são formadas pelo intelecto, não têm validade objetiva. São *nomes* de que nos servimos para denominar e ordenar as coisas. Daí o seu valor prático, e não cognitivo.

Se estabelecermos uma comparação com o processo cartesiano de conhecimento, podemos dizer que, enquanto Descartes enfatiza o papel do *sujeito*, Locke enfatiza o papel do *objeto*.

Locke critica as idéias inatas de Descartes, afirmando que a alma é como uma tábua rasa (uma tábua onde não há inscrições), uma cera onde

sensível. Se houvesse idéias inatas, as crianças já as teriam; além disso, a idéia de Deus não se encontra em toda parte, pois há povos sem nenhuma representação de Deus ou pelo menos sem a representação de um ser perfeito.

## Conclusão

Vimos que no século XVII, a partir dos problemas gnosiológicos (relativos ao conhecimento), surgem duas correntes opostas: o *racionalismo* e o *empirismo*. Exagerando, poderíamos dizer que o racionalismo é o sistema que consiste em limitar o homem ao âmbito da própria razão, e o empirismo é o que o limita ao âmbito da experiência sensível. Isso não quer dizer que o racionalismo exclua a experiência sensível, mas esta é apenas a ocasião do conhecimento e está sujeita a enganos. A verdadeira ciência se perfaz no espírito. Para o empirismo, ao contrário, a experiência é fundamental, e o trabalho posterior da razão está a ela subordinado. Como consequência, os racionalistas confiam na capacidade do homem de atingir verdades universais, eternas, enquanto os empiristas terminam por questionar o caráter absoluto da verdade, já que o conhecimento parte de uma realidade *in fieri* (isto é, em transformação constante), sendo tudo relativo ao espaço, ao tempo, ao humano.

## Questionário

1. Qual é a preocupação central da reflexão filosófica no século XVII?
2. Qual é o principal problema do conhecimento colocado pelos pensadores do século XVII?
3. O que é a dúvida metódica para Descartes?
4. Quais são as três realidades alcançadas por Descartes através da dúvida metódica?
5. O que são idéias inatas?
6. Explique por que a doutrina de Descartes é racionalista.
7. O que é dualismo psicofísico?
8. Qual é a importância de Bacon e quais suas limitações?
9. Por que podemos dizer que o pensamento de Locke é empirista? Que crítica ele faz a Descartes?

## Exercício

Leia os textos complementares seguintes e aponte os elementos que os enquadrem ou no racionalismo ou no empirismo.

5. Morente, *Fundamentos de filosofia — Lições preliminares*, p. 177.